

Questões de identidade(s) de gênero(s) e orientação sexual: uma abordagem através da Pedagogia Queer

JOÃO NEMI NETO*

Resumo

Este trabalho é o resultado de uma pesquisa que engloba *queer theory* e *queer pedagogy* que tem por objetivo discutir possibilidades e benefícios que tais teorias podem proporcionar para o trabalho dos professores no que diz respeito à diversidade sexual e de gênero, abrindo, portanto, caminhos para que a sala de aula e a escola sejam espaços acolhedores, não só para a comunidade LGBT como também para todas as possibilidades de expressão da sexualidade humana.

O presente artigo pretende discutir as práticas vigentes na escola buscando questionar as repetições normativas que excluem minorias nas escolas. Pretende-se discutir a situação das minorias LGBT na sala de aula e apresentar possíveis questionamentos para a heteronormatividade vigente no espaço escolar hoje.

Palavras-chave: teoria *queer*; *queer pedagogy*; literatura; audiovisual.



* **JOÃO NEMI NETO** é graduado em Inglês-Português pela FFLCH-USP e Mestre em Educação pela FE-USP. Atuou como professor do ensino médio na Escola Graduada em São Paulo (GRADED) – de 2002 a 2009. Atualmente trabalha como professor na Columbia University em Nova York e curso o doutorado no Programa de Pós-graduação da City University of New York, junto ao Departamento de Espanhol e Português, onde desenvolve pesquisa sobre a relação entre ensino, literatura e estudos Queer.

Introdução

“Todo jovem independentemente de sua orientação sexual ou identidade merece um ambiente acolhedor e seguro para que possam atingir todo potencial.”

Harvey Milk

Há muito tempo, enquanto estudava na antiga 3ª série, um menino resolveu atravessar as quadras do colégio e ir jogar queimada com as meninas. Naquela época, os meninos jogavam futebol em uma quadra e as meninas, queimada em um outro espaço. Enquanto jogava, ouvia coisas “mulherzinha”, “jogo de menina”... até que um dos inspetores dos alunos perguntou se não seria melhor voltar para a outra quadra junto com os outros meninos para evitar problemas.

Anos depois, o mesmo menino, de passagem em uma escola norte-americana viu um grupo de meninos jogando queimada – dodgeball – e um grupo de meninas jogando futebol – soccer. Já adulto, aquele menino começou a pensar nessas situações em que nos colocamos desde criança, atitudes “naturais” em que meninos fazem algo e meninas fazem outra coisa. Sem perceber, vamos nos enquadrando desde cedo, meninos e meninas em grupos específicos de comportamento e tradições. Na verdade, manifestações opressoras que limitam nossa criatividade, e nosso arbítrio também.

No Brasil, até bem pouco tempo atrás futebol era “coisa de menino”, já nos Estados Unidos, futebol era “coisa de menina” pois os meninos tinham o “verdadeiro” futebol, o futebol americano. E com regras fixas como “de menino”, “só de menina”, vamos nos organizando através de padrões limitadores. Acreditamos que sejam regras universais que nos definem como homens ou mulheres. Rosa para

meninas, azul para meninos. Bonecas, carrinhos.... Apenas em um olhar rápido já percebemos que tais regras são, na verdade, convenções elaboradas, na maioria, pelas sociedades ocidentais – Europa e mais tarde Estados Unidos – levadas às suas colônias ao longo dos séculos passados. Há muitas sociedades em que meninos usam rosa, ou até vermelho. Sociedades em que as pessoas se casam de vermelho, que meninos furam o rosto e assim por diante e os esportes de meninos em alguns países se transformam em práticas femininas em outros. Essas formas de opressão aparecem já quando pensamos nesse binarismo imposto nas escolas e na sociedade de maneira geral: o masculino e o feminino¹.

Os padrões que nos impomos para “evitar problemas” como disse o inspetor de alunos naqueles tempos ainda são encontrados nos dias de hoje. Dentro da escola essas imposições de identidade de gênero e orientação sexual são vistas nas mais diversas formas de convívio e aprendizagem. Quantas vezes não ouvimos dentro e fora de escola pessoas dizendo “isso é coisa de gay”, “coisa de veados”, “isso não é para meninas”, “mulherzinha”,

¹ Em maio de 2014, no estado da Carolina do Norte nos Estados Unidos, um jovem de 16 anos foi obrigado a retirar a maquiagem que usava ao tirar a foto para sua carteira de motorista pois de acordo com os funcionários do local, a sua aparência não se conformava com os padrões de masculinidade. <http://www.washingtonpost.com/news/morning-mix/wp/2014/06/18/south-carolina-dmv-tells-gender-non-conforming-teen-he-cant-take-drivers-license-photo-with-makeup/>

etc.? Frases, expressões que mascaram ou explicitam um preconceito em relação a muitas possibilidades de expressão das nossas identidades sexuais e de gêneros.

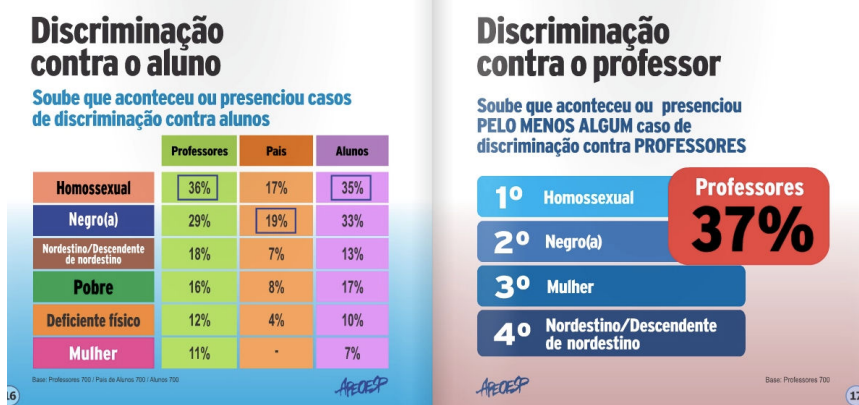
O presente artigo pretende discutir a importância de criar-se na escola um

espaço amplo de expressão das diversas possibilidades humanas em relação à sexualidade e gênero mantendo um ambiente diverso em que alunos, professores e outros participantes do processo educativo possam manifestar-se de maneira livre.

A escola como espaço seguro

Pesquisas recentes mostram que estudantes que se identificam como LGBT² ou se questionam em relação a suas identidades têm maiores chances de cometer suicídio e sofrem mais preconceito. A APEOESP (ver gráfico abaixo) mostrou que metade dos alunos escolas estaduais de SP já soube de casos de estudantes vítimas de discriminação por sua condição de homossexual, negro, nordestino ou pobre. O índice é de 34% entre os pais e de 43% entre os educadores³

Eve Sedgwick, uma das autoras queer mais conhecidas e discutidas hoje em dia, em um texto de 1991 afirma que jovens LGBT têm até três vezes mais chances de cometer suicídio ao longo da carreira escolar em comparação com os estudantes que se identificam como heterossexuais. No mesmo artigo, a autora fala de “feminofobia”, ou seja, do medo e desrespeito à feminilidade, especialmente entre jovens do sexo masculino. A recente da pesquisa da APEOSP, infelizmente, corrobora as palavras da pesquisadora americana de mais de vinte anos atrás, mostrando, assim, que é fundamental que tais questões sejam discutidas dentro e fora do espaço escolar.



² LGBT: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais e Transgêneros, de acordo com o Manual de Comunicação LGBT. Mais adiante neste artigo, falaremos sobre a questão terminológica.

³ <http://www.apees.org.br/publicacoes/opiniaao-apees/pesquisa-apees-data-popular/>

Pedagogia Queer

A pedagogia queer, partindo das ideias de não normalização que a teoria queer formulou nos anos 1990 e 2000⁴ pretende contribuir com a escola observando a fluidez e mobilidade da sociedade afirmando que as instituições de ensino não devem se fixar em modelos únicos e precisos já que tais ideais acabam por afastar certos indivíduos. Para Britzman (1998), a teoria queer procura desestabilizar as estabilidades de representação e a pedagogia procura entender situações de normalidade na sala de aula e se preocupa com a produção social do aprendizado em si.

Portanto, a Pedagogia queer não busca o método correto ou as perguntas certas, mas sim a possibilidade de questionar nossas práticas ou noções de normalidade e aceitação. Assim como a teoria queer procurou manter-se distante das marcas de gênero associadas aos estudos gays e lésbicos, a pedagogia queer nos proporciona um olhar a todas as pessoas que fazem parte do contingente educacional, sejam elas heterossexuais, homossexuais, bissexuais, assexuais, etc., como explica Louro (2001, 552), “[...] uma pedagogia e um currículo queer ‘falam’ a todos e não se dirigem apenas àqueles ou àquelas que se reconhecem nessa posição-de-sujeito, isto é, como sujeitos queer”.

Tal pedagogia nos proporciona um olhar crítico às práticas de exclusão

⁴ Para uma leitura mais detalhada sobre teoria queer em português, ler “Judith Butler e a teoria queer” de Sara Salih. Editora Autêntica, 2012. Um corpo estranho. Ensaio sobre sexualidade e teoria queer de Guacira Lopes Louro. Editora Autêntica, 2004. Há ainda uma vasta bibliografia em inglês sobre o tema, Judith Butler, Eve Sedgwick, Teresa de Lauretis, Jack Halberstam são alguns dos autores que têm discutido o assunto nas últimas décadas.

naturalizadas na sala de aula por meio de um cotidiano heteronormativo⁵ que mantém invisíveis todas aquelas pessoas que não se enquadram em um determinado padrão. Como apresenta Britzman (1998), a teoria queer reconhece a exorbitante normalidade vigente e de que maneiras tal normalidade ignora os prazeres, práticas e corpos queer. Tal prática pedagógica também não procura simplesmente trocar uma norma por outra, ou seja, partimos de um binário heterossexista para uma modalidade heterossexual-homossexual. Um olhar queer para a prática pedagógica procuraria observar as variadas possibilidades de expressão da sexualidade sem que exista a necessidade de rótulos ou identidades fixas. O reconhecimento de diferentes formas de expressão ampliaria o olhar do indivíduo sem que ele ou ela tenha que necessariamente adotar uma dessas identidades fixas, mas que possa reconhecê-las ou até reconhecer-se nelas.

Faz-se necessário, então, questionar e desafiar modelos dominantes na escola hoje para que não apenas alguns grupos favorecidos socialmente sejam visíveis, mas também outros corpos que ainda são oprimidos por diferentes esferas da sociedade. A pedagogia queer pode nos ajudar de duas maneiras.

⁵ Michael Warner em 1991 na introdução do livro “Fear of a queer planet” (em tradução livre “Medo de um planeta queer” popularizou o termo heteronormativity traduzido por acadêmicos brasileiros como heteronormatividade. Para os teóricos queer o termo descreve a maneira como nos organizamos através de dois gêneros – masculino e feminino – que se completam socialmente e afetivamente sem outras possibilidades de afeição e desejo. Também, discute uma certa de heterossexualidade compulsória, ou seja, nascemos heterossexuais, os demais são diferentes, fogem da norma.

Primeiramente, através da problematização da própria estrutura escolar, da normalização do ensino *per se* e dos conteúdos fixos que são apresentados. Um olhar queer seria, por exemplo, discutir as razões de termos como gay, lésbica, bissexual, travesti não encontrarem espaço no vocabulário escolar e quando o fazem é através de ofensas que devem ser silenciadas.

Assim, a teoria queer alinhada à educação não é apenas um olhar diferenciado às questões de sexualidade, mas sim, um outro olhar ao nosso cotidiano de maneira geral. Como diz Louro (2012: 367): “[S]e for compreendido como um movimento ou uma tendência, o queer entraria no currículo para estranhá-lo, quer dizer, para provocar mudanças mais radicais no modo de conceber o conhecimento.”

Identidade/ Identidades

Se a pedagogia queer procura desestabilizar as identidades fixas, questionar as estruturas binárias que a sociedade nos impõe como trabalhar com a ideia de identidades dentro da escola? Como pensar a noção de multiplicidade de identidades na prática diária educacional? Vivemos uma prática heterossexista baseada na identidade, o nosso meio está dividido entre o masculino e o feminino. O homem afeminado, a mulher masculinizada, e todos os que não se conformam frente aos valores fixos que nos são impostos procuram encontrar maneiras de serem aceitos. Como podemos fazer com que indivíduos como o jovem na Carolina do Sul que resolveu não se “conformar” nem ao masculino, nem ao feminino sejam respeitados, incorporados e visíveis no cotidiano escolar? A escola é baseada em nomes, nomenclatura, identidade. A

matemática tem fórmulas, a geografia nomes de lugares, a história, datas e fatos. Como nos separamos da questão identitária se para exercermos nossos direitos de cidadãos necessitamos de documentos de “identidade”? Há caminhos sendo abertos dentro disso, como na Austrália⁶ em que uma pessoa conseguiu na justiça que não tivesse a marca de gênero nos seus documentos de identidade. Porém, é preciso pensarmos na nossa prática cotidiana para que a escola seja um espaço tanto acolhedor quanto de reflexão em relação aos nossos questionamentos identitários.

Conforme mencionamos acima, a teoria queer propôs, entre outras coisas, possíveis desarticulações das identidades binárias fixas, tentando desmistificar a hegemonia heterossexual – heterossexismo, ao mesmo tempo que procura desestabilizar esses padrões de normalidade que foram construídos ao redor da heterossexualidade compulsória. Como prática pedagógica pode ajudar-nos a rever os nossos padrões de comportamento dentro da escola colocando em discussão questões de identidade(s) que carregamos no cotidiano. Outros autores já trataram da importância da educação ou orientação sexual na escola (Garcia, entre outros...), mais do que a implantação de aulas e cursos o que pretendo mostrar aqui é a importância da prática cotidiana de aceitação e respeito. Mais do que uma aula sobre o respeito à diversidade (sim, são importantes) é preciso a implementação de tal respeito nas nossas práticas cotidianas.

⁶ Além do caso mencionado acima, na Alemanha, a justiça permite que famílias não registrem o sexo do bebê (<http://p3.publico.pt/actualidade/sociedade/8972/alemanha-permite-registo-de-bebes-sem-definicao-de-sexo>)

Construindo identidades para desconstruí-las? Identidade de gênero⁷ e orientação sexual⁸

Primeiramente, é importante falarmos de identidades. Somos brasileiros, argentinos, filhos de imigrantes, negros, brancos... e entre várias identidades, alguns de nós assume identidades sexuais ou de gênero. Richard Miskolci e Guacira Lopes Louro são dois autores que questionam a posição identitária em que a escola e outras dimensões sociais nos dividem. Para eles, é preciso ir além da ideia de homossexual, bissexual, heterossexual, ir além das marcas corporais a partir das nossas práticas. Ainda que de acordo com os autores mencionados e muitos outros pesquisados que lidam com a teoria queer, é preciso falar um pouco das identidades que são discutidas hoje em dia para que se possa, a partir delas, pensar em maneiras de desconstruí-las e incorporar novas formas de manifestação da nossa sexualidade nas escolas hoje.

Dessa maneira, é importante que tenhamos claro a diferença entre dois conceitos muito importantes quando tratamos de sexualidade e identidade(s) na escola: Orientação sexual e

identidade de gênero⁹. O primeiro termo diz respeito à capacidade de cada pessoa de se relacionar afetiva, emocional ou sexualmente com outros indivíduos do mesmo gênero, de outro gênero ou com os dois gêneros. Já identidade sexual, de acordo com o Manual de Comunicação LGBT (sem data), é “a percepção que uma pessoa tem de si como sendo do gênero masculino, feminino ou de alguma combinação dos dois, independente de sexo biológico. Trata-se da convicção íntima de uma pessoa de ser do gênero masculino (homem) ou do gênero feminino (mulher).”

Assim, é possível que uma pessoa que possua uma identidade de gênero masculina, apesar de ter sido assinado o gênero biológico feminino ao nascer tenha orientação sexual heterossexual, bissexual ou homossexual. A identidade de gênero não é um reflexo da sua orientação sexual. Talvez esse seja um dos primeiros pontos que devam ser incorporados quando tratamos do assunto na escola. Gay não é sinônimo de travesti que não é sinônimo de lésbica que não é sinônimo de transexual...

Outro ponto importante é começarmos a desvincular termos como ‘gay’, ‘lésbica’, ‘mulherzinha’ como ofensas. Quando um menino é chamado de ‘mulherzinha’ dentro do espaço escolar, é fundamental que fique claro que ser mulher não é ofensa, é parte da identidade de muitos indivíduos. Um ambiente em que se cultue a cultura da

⁷ Os deputados Jean Wyllys (PSOL) e Erika Kokay (PT) apresentaram em 2013 o projeto de lei João W Nery sobre identidade de gênero.

⁸ Ainda é fundamental deixar claro que não se pretende, através deste artigo, falar de educação sexual ou orientação sexual nos moldes que os PCN propõem (<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro102.pdf>). A decisão por orientação sexual como tema transversal acaba por confundir com questões identitárias como propomos neste artigo, por isso é importante pensarmos que o texto aqui escrito não pretende lidar com as questões propostas pelos PCN (<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/orientacao.pdf>)

⁹ O manual de comunicação LGBT e o Yogyakarta Principles são dois documentos que nos fornecem dados para lidar com essas questões. O primeiro foi elaborado pela Associação Brasileira LGBT e contém questões relacionadas à nomenclatura e legislação por exemplo. O segundo é um documento organizado pela ONU que pretende apresentar conceitos gerais ligados ao respeito às minorias sexuais.

paz. Portanto, em relação à nomenclatura, mais do que proibir que alunos ou até mesmo professores usem tais vocábulos como ofensas é importante o debate sobre tal uso. Ser gay ou travesti não é ofensa¹⁰. É parte da identidade de um indivíduo e deveria fazer parte do cotidiano como a raça, etnia e outros aspectos¹¹. Ao ouvirmos “isso é coisa de gay”, “veado” é importante que a escola esteja preparada para dizer que ser gay/ bissexual/ travesti não é ofensa. Silenciar ou repreender o/a aluno/a (ou o/a professor/a que diz tais palavras não seriam suficientes no que diz respeito à tolerância à diversidade). A repreensão pode apenas silenciar o preconceito e não abordá-lo de maneira que todos os envolvidos possam aprender a compreender-se melhor. Como diz Louro (1998:24):

A pretensão é, então, entender o gênero como constituinte da identidade dos sujeitos. E aqui nos vemos frente a outro conceito complexo, que pode ser formulado a partir de diferentes perspectivas: o conceito de identidade. Numa aproximação às formulações mais críticas dos Estudos Feministas e dos Estudos Culturais, compreendemos os sujeitos como tendo identidades plurais, múltiplas; identidades que se

transformam, que não são fixas ou permanentes, que podem, até mesmo, ser contraditórias. (Lopes, 1998:24)

Em uma pesquisa com livros didáticos de português para estrangeiros percebemos que a diversidade sexual não é abordada nos materiais, uma pessoa que esteja estudando português não tem chance de se manifestar em relação ao seu posicionamento social/sexual e de gênero, porém o fato de não estar presente nos materiais didáticos não pode significar que tais questões não sejam apresentadas na escola. É preciso, ainda, ir além da ideia de assunto polêmico como diz os PCN (1998: 293)¹², sexualidade não precisaria ser um assunto “delicado”, basta que seja parte do cotidiano.

Porém não é por as identidades não serem fixas que devam ser vistas como algo que não precise ser discutido, a fluidez de nossas características é parte fundamental de quem somos. A oportunidade de expressar nossas identidades plurais deve fazer parte do nosso cotidiano escolar. Como mostrou Louro (1998: 135), a maioria dos materiais sobre sexualidade apresentam uma perspectiva heterossexista em que o desejo entre um homem e uma mulher com intuito de procriação é quase exclusivo. Os livros didáticos de hoje ainda falam muito pouco sobre diversidade sexual e quando tratam do assunto parte do pressuposto em que a

¹⁰ Sobre nomenclatura e terminologia em relação à identidade de gênero e orientação sexual há alguns textos que poderiam ser mencionados: “Devassos no Paraíso” de João Silvério Trevisan, e “Na trilha do arco-íris – Do movimento homossexual ao LGBT” de Júlio Assis Simões e Regina Facchini são dois textos que podem abrir caminhos para a discussão.

¹¹ É sabido que mesmo as questões de raça e etnia ainda não estão totalmente resolvidas na sala de aula e que alunos ainda se deparam com situações ofensivas em relação a essas questões. Talvez a diferença entre a orientação e identidade sexuais e outros tópicos seja o total silenciamento dos primeiros na prática e no cotidiano escolares.

¹² Os PCN colocam a homossexualidade como um dos “assuntos polêmicos” que devem ser discutidos na escolar: “Com a inclusão da Orientação Sexual nas escolas, a discussão de questões polêmicas e delicadas, como masturbação, iniciação sexual, o “ficar” e o namoro, homossexualidade, aborto, disfunções sexuais, prostituição e pornografia” (1998: 293). A título de curiosidade “transexualismo” aparece apenas uma vez e não de maneira crítica em relação ao termo.

heterossexualidade é a norma e há outras possibilidades. Se a escola se transformar em um espaço em que “ser gay”, “ser mulherzinha”... não são ofensas, um espaço em que as pessoas se respeitem pela condição humana – e humanitária – que carregamos em nós.

E para que isso aconteça é fundamental que tais palavras façam parte do cotidiano escolar de maneira positiva. Entender que há pessoas que transitam entre os gêneros, se relacionam com pessoas do mesmo sexo, que não se relacionam sexualmente com outras pessoas, que se entendem como gays, lésbicas, travestis, transexuais... e que essas pessoas não são uma outra vertente diferente da norma, são outras maneiras dentro de uma gama de possibilidades fluídas que a nossa expressão humana nos permite.

Referências

BRITZMAN, Deborah. Is there a queer pedagogy? Or, stop Reading straight. Volume 45, número 2. Chicago, 1995.

_____. *Lost Subjects, Contested Objects: Toward a Psychoanalytic Inquiry of Learning*. New York: State University of New York, 1998.

_____. La pedagogia transgresora y sus extrañas técnicas. In: Jimenez, R. M. *Sexualidades Transgresoras: una antología de estudios queer*. Madrid: Editorial Icaria, 2002.

BRYSON, Mary; FRASER, Suzanne de Castell Simon. Queer pedagogy: Praxix make sim/perfect. *Canadian Journal of Education*, Volume 18, número 2 1993.

DE LAURETIS, T. Queer Theory: Lesbian and Gay Sexualities: An Introduction. *Differences: A Journal of Feminist Cultural Studies*. IN:

Volume 2, número 2. Bloomington, Indiana University Press, 1991.

GARCIA, Wilton. A forma estranha Ensaios sobre cultura e homoerotismo. São Paulo, Edições Pulsar. 2000.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer – uma política pós identitária para a educação. *Revista de Estudos Feministas*. Florianópolis, volume 9, número 2, 2001.

_____. Um corpo estranho: Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte, Autêntica, 2004

_____. Gênero Sexualidade e Educação, Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, Editora Vozes, 1998.

LUGARINHO, Mario Cesar. Al Berto, In Memoriam. The Luso Queer Principle. In: Arenas, Fernando; Quinlan Susan Canty (editores). *Luso sex. Gender and Sexuality in the Portuguese Speaking World*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2002.

Manual de Comunicação LGBT. ABGLT – Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Sem data.

MISKOLCI, Richard. *Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

POINTEK, Thomas. *Queering Gay and Lesbian Studies*. Chicago: University of Illinois Press, 2006.

Princípios de Yogyakarta: Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Yogyakarta, Indonésia, 2006, p. 7.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. *Touching Feeling – Affect, Pedagogy, Performativity*. Durham, London: Duke University Press, 2003.

_____. “How to Bring your Kids up Gay”. In: *Social Text*, no. 29. Duke University Press, 1991. pp. 18-27

Recebido em 2015-04-11
Publicado em 2015-05-10